



Resenha

SARLO, Beatriz. Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras/Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Tânia SARMENTO-PANTOJA
Campus Universitário de
Abaetetuba/UFPA
nicama@ufpa.br.

Em **Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva**, livro lançado no Brasil em 2007, numa parceria entre a Editora Companhia das Letras e a Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, Beatriz Sarlo realiza a análise das reconstituições da memória. Faz isso a partir da matéria proveniente da memória das vítimas e familiares das vítimas das ditaduras do Cone Sul, particularmente a da ditadura ocorrida na Argentina.

O mapeamento dessa memória reconstituída traceja-se a partir das narrativas de testemunho transpostas para livros e filmes. No percurso Sarlo debruça-se sobre as tipologias, as metodologias discursivas, o nascedouro histórico-político desses discursos para lançar um olhar crítico, entre outras coisas, acerca do vazio que muitas vezes se manifesta neles, além de examinar com acuidade o problema da “pós-memória”, isso porque ela considera que a “pós-memória”, a memória da geração seguinte àquela que realizou a resistência às ditaduras, é uma invenção terminológica, desnecessária.

1 - Professora de Literatura de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba. Coordena Grupo de Pesquisa sobre narrativas de resistência. Direções para contato: nicama@ufpa.br.

No percurso traça importante investigação sobre o lugar do testemunho nos processos de resistência contra os regimes ditatoriais da América Latina e sobre as implicações pragmáticas que ressoam a partir dos estatutos discursivos e conseqüentemente dos imperativos éticos inerentes. Seu intuito é o de reavaliar os testemunhos oferecidos ao conhecimento em nome da preservação da memória acerca das intervenções do Estado autoritário, mas esse é apenas seu ponto de partida. Não obstante, Sarlo coloca em pauta a dignidade da experiência vivida, presente nesses testemunhos e, principalmente a sua relação com a Verdade.

Ela parte do ponto de vista de que a contemporaneidade privilegia o subjetivo. Nesse contexto a narrativa de testemunho além de adquirir um estatuto nunca antes alcançado em termos de reordenação do passado, no que diz respeito às reconstituições das décadas de 1960 e 1970, tende a se concentrar nos direitos e na verdade proveniente dos processos de subjetivação e, de fato, o imperativo da verdade torna-se cúmplice da hipótese fundamental levantada por Sarlo: a de que as reconstituições se tornam mais dignas de compreensão de um determinado tempo quando colocadas sob o foco da racionalização. Afinal, não são os fatos testemunhados que devem falar por si, mas os processos, as relações, enfim, as engrenagens inerentes ao testemunho enquanto discurso. O livro, pontua Sarlo (2007, p.19), “trata do passado e da memória das últimas décadas. Reage não aos usos jurídicos e morais do testemunho, mas a seus outros usos públicos”.

Para Sarlo o uso da primeira pessoa de maneira privilegiada em relação a outros discursos, a tendência ao detalhismo e a prescrição como modo de capturar a concretude da experiência passada, sua suposta fidedignidade e seu uso pragmático como instrumento de condenação dos crimes cometidos pelo Estado, favorecem o testemunho como discurso de Verdade. Para mostrar essa possibilidade escaninha a narrativa de testemunho. A partir do

paralelo entre os testemunhos da Shoah e os das ditaduras do Cone Sul. Pontua que o conjunto de características da constituição da memória que essas narrativas apresentam abarca a idéia de que a memória é um bem comum, e mais especificamente a de que é um dever e, igualmente, uma necessidade jurídica, moral e política.

Sarlo faz isso para chegar ao cerne da problemática que levanta: o problema da Verdade, no caso dos testemunhos, tende a ser tratada como inquestionável, para ela “esses discursos testemunhais, sejam quais forem, são discursos e não deveriam ficar confinados numa cristalização inabordável” (SARLO, 2007, p. 47). Ela quer perscrutar, então as razões de tanta confiança.

A busca pelos limites da narrativa de testemunho com a lucidez com que é conduzida por Beatriz Sarlo pode ser compreendida pelo leitor menos atento – ou mais apaixonado por essas questões – como ceticismo, mas evidentemente sua grande contribuição está no alerta para o fato de que esses discursos são mais uma versão dos fatos, entre tantas outras. Porém, sua intenção não é esvaziar o testemunho da sua importante dimensão histórica e política, mas mostrar que num tempo voltado para as engrenagens do discurso mais do que o próprio discurso, os discursos de Verdade podem facilmente desaguar em lenda, se concentradas em simplificações ou lugares comuns, principalmente porque há uma *história pop* no mercado disposta a oferecer versões definitivas, que aos poucos vão ganhando mais espaço do que a história acadêmica desenvolvida nas últimas décadas, mais atenta à imprecisão dos limites, às ambigüidades, aos confrontos entre as várias formas discursivas. Para Sarlo ambas são limitadas em função dos territórios em que se realizam. Em resposta a Sylvia Colombo (2008) observa-se exatamente quais são os principais elementos que pontuam essa preocupação:

Confia-se no relato da experiência pessoal como se todo o século 20 não tivesse sido, precisamente, uma época de crítica da experiência, partindo de Freud e terminando em Derrida.

Não há uma relação direta entre fato e recordação. Freud nos ensinou que a via para alcançarmos o passado é feita de desvios e acidentes e resulta de uma operação realizada por uma teoria interpretativa. Cada sujeito poderá pensar que há um caminho reto entre seu próprio passado e sua recordação, mas isso não existe – o que não quer dizer que se pode recordar de um jeito melhor ou pior. O que está no meio são todo tipo de manobras, os gêneros literários, a ideologia e os interesses em jogo. E, sobretudo, o peso do presente, que não pode ser descolado da lembrança. Os que hoje lembram, todos temos batalhas abertas na área político-ideológico-cultural do presente. O testemunho traz uma carga do presente que deve ser contrastada com outras fontes escritas que permitam submetê-lo à crítica. [...] Os historiadores acadêmicos têm dificuldade para escrever uma história que seja ativa na esfera pública. É um problema que deveriam discutir. As pessoas precisam dar sentido ao passado e, se a história acadêmica não lhes proporciona isso, eles recorrem à história feita por jornalistas, a narrações maniqueístas, onde toda sua complexidade desaparece (COLOMBO, 2008, p. 01).

Sarlo conclui **Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva** sugerindo que a literatura, por conta de sua infinita necessidade de lidar com o problema da Verdade, aspecto inerente a sua natureza, é o seu discurso favorito quando se trata do testemunho da resistência à ditadura. Ela cita a obra de Pilar Calveiro **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**, publicada em 1998, como ilustrativa de como, a partir do processo de afastamento da primeira pessoa e agregação crítica das vozes de outré é possível racionalizar a representação da experiência. Ao dizer que o discurso literário sempre parte de um narrador “de fora”, Sarlo enfatiza a necessidade de uma visada racionalizadora, que não se abstenha da subjetividade; antes lance sobre ela um olhar reflexivo, confrontador dos estatutos da Verdade presentes, especialmente quando se trata do testemunho.